



EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: O ABANDONO DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

EDUCATION FOR GENDER EQUALITY IN BRAZIL: THE ABANDONMENT OF THE NATIONAL POLICY PLAN FOR WOMEN

Simone Andrea Schwinn¹

Celiena Santos Mânica²

Palavras - chave: Educação. Igualdade. Gênero. Políticas Públicas.

Keywords: Education. Equality. Gender. Public Policy.

Os estereótipos de gênero motivam discriminações sobre as mulheres, uma vez que “gênero” está ligado a uma construção social, cultural, baseado naquilo que a sociedade espera em relação aos papéis atribuídos a mulheres e homens. Haug (2007) observa que as relações de gênero regulam as formações sociais e são fundamentais para questionamentos acerca das relações de dominação e exploração, na divisão do trabalho, na política, religião, moral e sexualidade, entre outras dimensões, ao passo em que ultrapassam cada um desses sentidos.

No campo educacional, promover uma educação inclusiva e igualitária, livre de estereótipos e com respeito à diversidade é condição para melhoria da vida das mulheres. Assim, o tema do presente trabalho é a educação para a igualdade de gênero no Brasil defendida pelo III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, e o conseqüente abandono desse Plano nos últimos

¹ Doutora em Direito pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, com Bolsa PROSUC/CAPES. Mestra em Direito pelo mesmo programa, com Bolsa CNPq. Pós Doutoranda em Educação pelo PPGEdU UNISC. Pesquisadora no grupo de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, coordenado pela Prof.^a Dra. Marli M. M. da Costa e vinculado ao PPGD da Unisc e do grupo de Pesquisa “Identidade e Diferença na Educação”, coordenado pelo Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva, vinculado ao PPGEdUUnisc. Integrante do Núcleo de Pesquisas em Migrações da Região Sul-MIPESUL e do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes – GTARI UNISC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1592622817540017> E-mail: ssimoneandrea@gmail.com

²Mestranda em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Graduada em Direito pela Universidade de Erechim – URI. Graduada em Letras Português, Inglês e respectivas literaturas pela Universidade de Lajeado - UNIVATES. Professora da Escola Educar-se (UNISC). Integrante do Grupo de Pesquisas Direito, Cidadania e Políticas Públicas, cadastrado no CNPq coordenado pela Profa. Dra. Marli M. Moraes da Costa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9214577921444854> E-mail: manicaceliena@yahoo.com.br



anos. O questionamento que conduz a investigação é sobre o porquê da desqualificação dessa política e suas possíveis consequências, valendo-se do método dedutivo, a partir da revisão bibliográfica de publicações sobre o tema, além da análise do conteúdo do PNPM.

Desta forma, conclui-se que não há, por parte do atual governo, uma preocupação com as questões relacionadas à desigualdade de gênero, ao contrário, o que levou ao conseqüente abandono do PNPM, fragilizando ainda mais a Política Nacional para Mulheres. O resultado é um incremento nos casos de violência contra as mulheres e a manutenção de uma sociedade desigual e machista.

1 A política para mulheres no Brasil: os Planos Nacionais

Historicamente, a desigualdade de gênero tem sido um desafio no Brasil. Desigualdade na distribuição de renda, na divisão igualitária do trabalho, na remuneração, na participação política, são alguns exemplos desse desafio. As lutas por melhores condições de trabalho, por direitos políticos e sociais se estenderam no país até o final do século XX, “no qual a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, manteve um importante diálogo do movimento feminista com o Estado, acarretando o surgimento da primeira Delegacia Especializada da Mulher, em 1985.” (NESP UNB, 2018).

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, com objetivo de prevenir, combater e enfrentar a violência contra as mulheres, bem como prestar assistência à mulheres vítimas de violência. A realização de duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres – I e II CNPM – e a construção de dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, “as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado no sentido de garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência.” (BRASIL, 2011).

Após uma década de criação da SPM, em 2013, foi elaborado o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, consolidando a transversalidade de gênero nas políticas interministeriais, fruto da construção conjunta entre



por práticas que sejam inclusivas e fomentem o estímulo aos talentos de meninas e meninos sem limitações baseadas no gênero, visando a formação humanitária.

Para a construção de um meio social saudável e próspero, no qual atuem cidadãos ativos a educação deve ser universal e inclusiva, “[...] negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo — por exemplo, às meninas — é imediatamente contrário às condições fundamentais da liberdade participativa.” (SEN, 2010, p. 44). Sem acesso a uma educação que proporcione a construção de uma autonomia individual e coletiva, a sociedade tem sua evolução obstruída.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi pensado desde 2003 e está fundamentado nos principais debates feministas das últimas décadas, com reivindicações e discussões feitas por movimentos de mulheres, mas que são ânsias de toda a sociedade. Seu documento resultou de uma série de reivindicações e observações do posicionamento internacional a respeito da educação, como a Conferência Mundial “Educação para Todos” em Dakar, a qual primou pela igualdade de acesso educacional entre os sexos, com uma atenção especial à educação das meninas e às diferenças entre as relações de gênero. “No Brasil, desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trata a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens.” (BRASIL, 2013). Este plano é significativo no incentivo à implementação de políticas de combate à desigualdade de gênero.

3 O abandono do Plano de Ação para educação igualitária

Incluir a desigualdade de gênero como uma temática relevante a ser enfrentada significou romper com um paradigma patriarcal. No Brasil, historicamente as mulheres foram vitimadas por toda sorte de abusos e violações, estando à mercê de estruturas incapacitantes que incluem expectativas de como uma mulher deve se comportar e do lugar que devem ocupar, além de um sentimento maior ou menor de incapacidade, frustração e de objetificação. O Plano Nacional de Política para Mulheres apontava para uma nova perspectiva, uma tentativa de rompimento das construções sociais



limitantes e preconceituosas, criando um novo espaço de reconhecimento e pertencimento para as mulheres.

Em 2016, após crises e um *impeachment*, o governo extinguiu o Ministério da Cultura e as Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, o que representou uma perda dramática para a sociedade, pois interrompeu o fluxo de um processo na busca por igualdade. Durante este mesmo governo, houve um corte orçamentário de 61% da verba de atendimento à mulher em situação de violência em comparação ao governo anterior. Atos que provocaram um retrocesso na arena das conquistas das mulheres.

A destruição deste Plano Nacional foi um ataque à autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida. Um atentado ao respeito à diversidade e à participação ativa das mulheres na sociedade. Uma expressão do patriarcado, que deixou a participação feminina às margens do governo e obstou o progresso da sociedade.

Conclusões

Nos últimos anos o Brasil tem retrocedido de forma severa na garantia dos direitos das mulheres, através do desmonte das políticas públicas e supressão de recursos financeiros para a política nacional. A existência de um arcabouço legal para promoção da igualdade e não discriminação, não garante seu cumprimento, o que acarreta em violações sistemáticas aos direitos de mulheres e meninas, com um governo federal mais preocupado no combate à uma suposta ideologia de gênero, que alcança todas as áreas, sobretudo a educação.

Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015.**

Presidência da República: 2013. Disponível em:

<<http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/PlanoNacionaldePoliticaspaaMulheres20132015.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** 2011. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a->



[violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres](#)>. Acesso em: 15 mai. 2021.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

HAUG, Frigga. **Para uma teoria das relações de gênero**. Tradução de Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacionvirtual/20100715081939/cap14.pdf>. Acesso em 14 mai. 2021.

NESP UNB. **Desigualdade de gênero**: a constante luta feminina no espaço social. Publicado em: 2018. Disponível em: <<https://nesp.unb.br/index.php/42-noticiascentro/397-desigualdade-de-genero-a-constante-luta-feminina-no-espaco-social>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, 2010.